

# A CONSTRUÇÃO DO COMPROMISSO: A PRESENÇA MILITAR DOS EUA NA EUROPA DURANTE A GUERRA FRIA

Flávio Pedroso Mendes<sup>1</sup>

## RESUMO

---

O propósito do artigo é apresentar e discutir entendimentos teórico-conceituais que permitam, mediante uma reconstrução histórica, compreender a *rationale* da presença militar permanente dos Estados Unidos (EUA) na Europa Ocidental durante a Guerra Fria, no contexto amplo de contenção e dissuasão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esta compreensão não é relevante apenas dos pontos de vista histórico e teórico, mas também para dar sentido à política internacional contemporânea e ao ordenamento que a produz, dada a manutenção da presença – embora reduzida – de forças convencionais dos EUA na região mesmo com o desaparecimento de sua *rationale* original. Em termos metodológicos, o argumento é construído com base em fontes secundárias, quando se trata da reconstrução histórica do período, e com base em hipóteses largamente dedutivas, quando se trata dos arcabouços teóricos que orientam a análise, o que é comum ao pensamento estratégico no campo nuclear.

**Palavras-chave:** Guerra Fria. Revolução Termonuclear. Balanço Convencional. Postura de Força. Bipolaridade.

---

<sup>1</sup> Doutor. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (SP). E-mail: fpmendes@ufu.br

## INTRODUÇÃO

Propõe-se aqui uma análise da ordem internacional da Guerra Fria, ou do período compreendido pelo fim da Segunda Guerra Mundial até o retraimento político e militar da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no início dos anos 90, a partir da política internacional de segurança e defesa dos Estados Unidos (EUA), apreendida pelo seu elemento mais concreto e analiticamente discernível: a presença militar permanente de forças convencionais norte-americanas na Europa. A origem desse compromisso histórico dos EUA – primeira instância em que forças militares norte-americanas foram desdobradas permanentemente em outras regiões na ausência de guerra aberta – se encontra em dois elementos mutuamente reforçados: a configuração de poder na Eurásia no pós-Segunda Guerra Mundial e a revolução termonuclear.

O propósito da análise é identificar a *rationale* da presença permanente de forças convencionais dos EUA em territórios aliados no contexto de contenção da URSS e de dissuasão nuclear recíproca. Defende-se, nas considerações finais, que o entendimento construído ao longo do texto elucida alguns traços importantes da política internacional contemporânea, na atual unipolaridade<sup>2</sup>, diante da manutenção da estrutura de força convencional dos EUA na Europa, mesmo com o desaparecimento de sua *raison d'être* original.

## AS ORIGENS DA CONTENÇÃO E A FORMAÇÃO DAS DUAS GRANDES ALIANÇAS

A realidade que se impunha aos EUA no momento imediatamente posterior ao fim da guerra de 1939-1945 indicava o início de um período sem precedentes em seu histórico internacional. Os principais Estados da Europa ocidental e da Ásia se encontravam com graves problemas sociais e econômicos e sob o peso de uma poderosa URSS crescentemente hostil, que já sombreava a parte oriental do continente europeu. Os países da Europa ocidental sentiam mais dramaticamente a gravidade da nova configuração

---

<sup>2</sup> O argumento tradicional e mais consistente que caracteriza a ordem internacional pós-Guerra Fria como unipolar é de Wohlforth (1999). Mais contemporaneamente o argumento foi revisado e ligeiramente modificado, para acomodar o crescimento da China, em Brooks e Wohlforth (2016). Apesar de conferirem status intermediário à China – entre pólo e não pólo –, os autores sustentam a tese de que os EUA são, e continuarão a ser por um bom tempo, a única superpotência do mundo.

e prontamente deram início à negociação de um empreendimento conjunto que os fortalecesse diante da ameaça soviética. O resultado mais significativo foi a assinatura do Tratado de Bruxelas, em março de 1948, em que Bélgica, França, Luxemburgo, Reino Unido e Holanda ensaiavam a criação da primeira organização político-militar já estabelecida em tempos de paz na Europa ocidental. O plano, entretanto, continha várias deficiências, entre elas o fato de não considerar diretamente o inevitável envolvimento dos EUA (MILLER, 1998).

Já em 1947, o termo *contenção* seria introduzido por George Kennan<sup>3</sup> e resumiria a essência da postura dos EUA em relação à URSS durante toda a Guerra Fria, apesar de se traduzir em diferentes políticas nos variados momentos ao longo do período. Kennan entendia que os interesses dos EUA se identificavam com a manutenção de um equilíbrio de forças em regiões especialmente importantes. De acordo com o argumento, apenas algumas regiões teriam importância industrial e militar suficiente para que seu eventual controle afetasse de maneira decisiva o equilíbrio de poder. Depois de uma elaboração inicialmente generosa e ampla, Kennan apresentou os cinco centros de vital interesse industrial e militar no mundo: os EUA, a URSS, o Reino Unido, a Alemanha (juntamente com o restante da Europa central) e o Japão. O controle de dois desses centros pelo mesmo Estado poderia ter consequências devastadoras para as possibilidades de manutenção do equilíbrio de poder<sup>4</sup>. A URSS, além de ser um desses centros, possuía o natural interesse e a capacidade de pleitear o controle de pelo menos mais um deles, e é justamente neste ponto que ela precisava ser contida. Um importante corolário era que o foco da contenção deveria ser, portanto, o expansionismo soviético, e não necessariamente o comunismo como ideologia. Kennan não acreditava que o comunismo era a força por trás dos incentivos ao expansionismo soviético, mas antes a sua justificativa (GADDIS, 1982).

Talvez uma das conclusões mais importantes a que se chegou no interior da incipiente organização instituída pelo Tratado de Bruxelas em 1948 tenha sido a de que, sem o apoio político e militar dos EUA, pouca chance havia de que seus Estados obtivessem êxito diante de uma investida

---

<sup>3</sup> Trata-se de um dos mais influentes artigos da época, intitulado *The Sources of Soviet Conduct* (As Fontes da Conduta Soviética), em que ficou famoso o pseudônimo – Mr. X – com que Kennan o assinou.

<sup>4</sup> Note-se uma clara influência do pensamento geopolítico avançado por Halford Mackinder acerca das consequências sobre o equilíbrio global de poder do controle da *heartland* eurasiática por um único Estado.

maciça da URSS rumo à ocupação da Europa ocidental. Apesar de uma natural hesitação em assimilar a trágica realidade, os EUA logo chegariam à mesma conclusão. O resultado foi o início das negociações que inicialmente envolveram os EUA, o Reino Unido e o Canadá e que colocava na agenda a eventual formação de uma aliança militar permanente. Por tratado assinado em abril de 1949 nasceu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), inicialmente constituída pelos 5 Estados pertencentes ao Tratado de Bruxelas (Reino Unido, França, Luxemburgo, Bélgica e Holanda), somados aos EUA, Canadá, Dinamarca, Islândia, Itália, Noruega e Portugal.

A primeira expansão da OTAN se deu com a entrada da Grécia e da Turquia<sup>5</sup>, em 1952. Em 1954, o Acordo de Paris resolvia a ainda incerta situação da República Federal Alemã (RFA — Alemanha Ocidental): reconhecia-se a RFA como um Estado soberano; as forças norte-americanas, britânicas e francesas estacionadas em seu território perderam o direito de ocupação e adquiriam um novo *status*, mediante convite de permanência por parte do governo da RFA; e, talvez o mais importante, a RFA passaria a integrar a OTAN (MILLER, 1998). Finalmente, a Espanha seria integrada à OTAN no início da década de 1980, último Estado a entrar na aliança até o fim da Guerra Fria. Os primeiros anos de existência da OTAN foram marcados por esforços voltados fundamentalmente para o aprimoramento de seu potencial defensivo<sup>6</sup>, para o fortalecimento de sua estrutura organizacional e para o rearmamento da RFA.

Seria de fato surpreendente se a URSS assistisse passivamente a toda esta mobilização político-militar por parte dos aliados ocidentais, como realmente não o fez. A posição política e militarmente favorável em que a URSS se viu no leste europeu logo após a rendição alemã desencadeou o processo quase natural do derramamento de seu peso sobre os Estados que a circundavam. De início, uma série de tratados bilaterais foram

---

<sup>5</sup> É digno de nota que, com a entrada da Turquia na OTAN, a aliança passava a possuir um membro que efetivamente dividia fronteira com a URSS.

<sup>6</sup> Com relação ao tamanho e composição das forças, era notória a necessidade de aprimoramento e mobilização. As forças navais e aéreas estavam bem abaixo do contingente ideal após a significativa redução do número de navios e de aeronaves no pós-guerra. As forças terrestres contavam com aproximadamente 20 divisões, porém em maior ou menor grau envolvidas em atividades de ocupação e insatisfatoriamente armadas e equipadas. Já em 1950 a OTAN se comprometia com a adoção de uma estrutura de defesa avançada (*forward defense*), voltada para conter um avanço soviético no ponto mais ao leste possível, ou seja, na fronteira entre as duas Alemanhas. Deve-se notar também a grande influência que a Guerra da Coreia (1950-1953) teve sobre a decisão norte-americana de fortalecer e de militarizar ainda mais a aliança. O autor é grato a um dos revisores anônimos por chamar atenção para este ponto.

impostos pela URSS aos seus vizinhos, cujas principais considerações diziam respeito a arranjos comuns de defesa. Estava claramente presente a noção de que, quanto maior fosse o controle soviético sobre a zona tampão que a separava de seus oponentes ocidentais, maiores seriam sua segurança e liberdade de ação para fazer frente à poderosa aliança em formação. A decisão dos EUA e de seus aliados de integrar a RFA à OTAN e de simultaneamente promover o seu rearmamento foi o ponto culminante do processo que levou a URSS a pensar sua própria organização militar. Surgia, em 1955 (portanto no ano seguinte à entrada da RFA na OTAN), o Pacto de Varsóvia, que reunia URSS, Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia, República Democrática Alemã (RDA — Alemanha Oriental), Hungria, Polônia e Romênia sob a mesma aliança militar permanente<sup>7</sup>. Assim como a OTAN, o Pacto previa a constituição de uma Estrutura de Comando Integrado (ECI) de suas forças. Contudo, jamais a influência do membro mais importante da OTAN (EUA) sobre sua ECI chegou perto do controle quase absoluto da URSS sobre a ECI de sua organização militar.

Em 1966 a França se retirou da ECI da OTAN, e a dois acontecimentos é comumente atribuída essa decisão: a derrota da guarnição francesa cercada por forças comunistas Viet Minh em Dien Bien Phu, na Indochina, em 1954-1955, mediante recusa dos EUA e do Reino Unido em realizar um bombardeio de apoio contra as forças de cerco (a França chegou inclusive a sugerir que artefatos nucleares fossem utilizados na operação); e o fracasso da crise de Suez, em 1956, desta vez ao lado do Reino Unido. Argumenta-se que esses dois acontecimentos se somaram, naturalmente com a presença de outros fatores<sup>8</sup>, para que a França repensasse suas necessidades de defesa. A conclusão foi que era necessário buscar maior autossuficiência e independência, com ênfase ao desenvolvimento de um programa nuclear próprio. Graves crises internas acometeram igualmente o Pacto ao longo de todo o período da Guerra Fria, tendo sido as mais significativas a da Hungria, em 1956, e a da Tchecoslováquia, em 1968 (GADDIS, 1982).

Encontravam-se razoavelmente delineados os contornos da ordem bipolar da Guerra Fria. Entretanto, se de um lado a bipolaridade

---

<sup>7</sup> O Pacto assinado não previa o deslocamento de forças soviéticas aos Estados não-soviéticos da aliança. Isso, porém, foi matéria de acordos bilaterais posteriores. Ver Miller (1998).

<sup>8</sup> O hiato de uma década entre os eventos internacionais mencionados e a decisão francesa de 1966 indica que fatores domésticos também tiveram influência. O autor é grato a um dos revisores anônimos por chamar atenção para este ponto.

fornece o benefício de uma maior certeza e estabilidade na identificação pelas grandes potências de seu principal rival (WALTZ, 1979; 1988), de outro ainda resta a difícil tarefa de se pensar a doutrina que informará o posicionamento diante dele e de suas ações. É este um aspecto que sempre esteve longe de ser óbvio e de acesso incontroverso. Da parte dos EUA, as formulações iniciais de Kennan acerca do processo de contenção foram apenas o início da conversa, apesar de sua grande importância e influência. As décadas seguintes assistiriam a uma verdadeira revolução do pensamento estratégico norte-americano, cujo benefício foi a evolução da postura e das políticas concretas dos EUA, frente à necessidade de conter a URSS. A *rationale* dessa evolução traduz a essência da Guerra Fria.

## A REVOLUÇÃO TERMONUCLEAR E O PROBLEMA DA CREDIBILIDADE

A revolução termonuclear, expressão que se refere ao desenvolvimento e teste da bomba de hidrogênio pelos EUA no início da década de 1950, é considerada um divisor de águas do pensamento estratégico norte-americano. Nem o desenvolvimento nem a efetiva detonação das bombas atômicas contra o Japão em 1945 foram suficientes para que ocorresse uma revolução na maneira como os EUA pensavam estrategicamente a condução de uma guerra no futuro (TRACHTENBERG, 1989). As noções que informavam a prática do “bombardeio estratégico” (WARNER, 1943; MACISAAC, 1986), muito difundidas antes e durante a Segunda Guerra Mundial, ainda eram consideradas adequadas mesmo depois que a URSS desenvolveu seu próprio arsenal atômico, em 1949. O desenvolvimento das bombas termonucleares mudaria drasticamente a situação. A energia liberada por esses armamentos era enormemente superior ao máximo que se podia conseguir com bombas atômicas, as quais apresentavam o maior potencial de destruição até então<sup>9</sup>. O espanto inicial com o aumento exponencial da capacidade destrutiva nuclear levou Bernard Brodie, um dos maiores estrategistas norte-americanos do período, a sugerir

---

<sup>9</sup> A medida da quantidade de energia liberada por armamentos nucleares é feita em comparação com a detonação do explosivo convencional TNT. Assim, 1 kT equivale à energia liberada por 1.000 toneladas de TNT, e 1 MT corresponde a 1 milhão de toneladas do mesmo explosivo. A título de comparação, as bombas atômicas despejadas sobre Hiroshima e Nagasaki correspondiam, respectivamente, a 12 kT e 22 kT. Já em 1952 as bombas de fissão tinham capacidade de liberar 0,5 MT de energia, e armamentos de 1 MT já batiam à porta dos arsenais dos EUA. Na década de 1960, um bombardeiro da Força Aérea dos EUA era capaz de carregar 6 bombas B61, totalizando 3 MT.

- para posteriormente retirar a sugestão - a obsolescência da definição clausewitziana de guerra como a continuação da política por outros meios (CLAUSEWITZ, 1993). Quais foram os impactos da nova realidade bélica sobre a postura dos EUA frente à URSS? Como pensar a defesa dos interesses dos EUA em outras regiões diante do espectro de uma possível guerra total de aniquilação, que os novos tipos de armamentos passaram a permitir?

O papel mais imediato que se poderia auferir dos arsenais nucleares, tanto do ponto de vista dos EUA quanto da URSS, era o de dissuadir um ataque nuclear da potência rival. Isso levantava a necessidade básica de garantir a sobrevivência de uma capacidade retaliatória (*second-strike capability*) frente a um primeiro ataque sofrido, para que a ameaça de retaliação fosse possível e a dissuasão pudesse funcionar. Uma grande preocupação advinha da ideia de que o balanço nuclear era mais delicado do que se acreditava e poderia ser quebrado, não por uma motivação política que orientasse o emprego de armamentos nucleares, mas pela arriscada relação entre vulnerabilidade e *preempção*<sup>10</sup> (WOHLSTETTER, 1958). O paradoxo era que não apenas a vulnerabilidade total dos arsenais dos EUA era perigosa por incentivar um ataque da URSS, mas também uma vulnerabilidade dos arsenais soviéticos, na medida em que poderia gerar a expectativa de que fossem atacados e destruídos, poderia incentivar uma ação preemptiva para evitar que isso acontecesse.

Logo entender-se-ia que provocar a neutralização dos arsenais do oponente, por meio de capacidades que buscassem sua total destruição ou pela criação de sistemas defensivos que tornassem seus principais alvos (especialmente cidades) invulneráveis a um ataque, trabalharia para gerar instabilidade e incentivar a prevenção, já que nenhuma das duas alternativas poderia ser colocada em prática instantaneamente. Já no governo Kennedy, a noção de destruição mútua assegurada (*mutual assured destruction* — MAD) dominaria o debate, avançando que a melhor maneira de proteger a própria população é deixando-a vulnerável, contanto que o outro lado proceda da mesma forma (TRACHTENBERG, 1989).

---

<sup>10</sup> O termo *preempção* é um neologismo que visa a captar o sentido da palavra inglesa *preemption*, sendo seu adjetivo preemptivo. Entenda-se aqui *preempção* como o ato de tomar a iniciativa diante da iminência de que o outro lado a tome. A ênfase na iminência se justifica pela diferenciação entre *preempção* e *prevenção*. Esta última também implica tomar a iniciativa, porém não na iminência de que o oponente a tome. Nesse caso se espera que o decorrer do tempo pesará favoravelmente para o lado do oponente (como no caso de um processo contínuo de fortalecimento militar), de modo que seja mais interessante tomar a iniciativa e enfrentá-lo agora do que fazê-lo no futuro. Ver Reiter (1995).

Toda a discussão anterior revela uma faceta da nova realidade: uma guerra nuclear total entre os EUA e a URSS seria o pior resultado possível e ambos os lados deveriam tomar as referidas medidas para desencorajá-la. No entanto, logo ficou claro que a lógica da dissuasão não poderia ser dissociada da eventual utilização de arsenais nucleares, já que a ameaça de utilização era ela mesma a pedra angular de todo o processo. Era necessário pensar, ainda, em como e em que grau um ataque nuclear deveria ser realizado caso a dissuasão falhasse (TRACHTENBERG, 1989). Em outras palavras, a possibilidade concreta de que arsenais nucleares tivessem de ser usados colocava a necessidade de se pensar a sua utilização.

Os EUA, sob a presidência de Eisenhower e com Dulles na posição de Secretário de Defesa, lançaram a doutrina da *massive retaliation* (retaliação maciça) como fundamento da postura dos EUA frente à possibilidade de agressão por parte da URSS. Tal doutrina era consistente com um princípio de respostas assimétricas, e um ataque da URSS, mesmo que moderado, deveria ser respondido com uma pesada retaliação nuclear<sup>11</sup>. Ressalte-se que a doutrina abrangia naturalmente os sistemas de alianças desenvolvidos pelos EUA, estendendo-lhes, ao menos no âmbito da política declaratória, a proposta de dissuasão colocada pela retaliação maciça.

A postura adotada pelos EUA com a doutrina da *massive retaliation* pouco afetava a maneira como se colocavam as dinâmicas da dissuasão de um ataque soviético ao território norte-americano. Com efeito, nem seria necessária uma doutrina desta natureza para que a URSS entendesse que o emprego de armamentos nucleares contra o território dos EUA, a partir do momento em que o último possuía arsenais próprios capazes de sobreviver ao ataque, resultaria numa resposta nuclear avassaladora. A grande questão envolvendo a doutrina era *quais são os seus efeitos sobre o compromisso dos EUA com a defesa de seus aliados d'além mar*. Em suma, uma doutrina altamente inflexível que parecia não oferecer outra resposta senão uma guerra nuclear total à URSS possuía efeitos deletérios sobre a credibilidade do compromisso dos EUA com seus aliados da OTAN. A pergunta central era: *sendo um ataque nuclear maciço dos EUA à URSS algo próximo de um virtual suicídio, quais eram*

---

<sup>11</sup> Mearsheimer argumenta que a denominação “retaliação maciça” não faz jus aos reais propósitos da doutrina. O autor acredita que havia ampla evidência, especialmente por parte de oficiais do Comando Aéreo Estratégico da Força Aérea dos EUA (*Strategic Air Command*), de que se tinha em vista um ataque arrasador aos bombardeiros soviéticos quando estes estivessem na iminência de alçar vôo para iniciar uma operação de ataque. Portanto, para Mearsheimer, perdia-se a natureza retaliatória que informava a doutrina, sendo mais apropriado entendê-la como um “ataque maciço”. Ver Mearsheimer (2001).



*as reais chances de que isso acontecesse quando o que estivesse em jogo fosse a sobrevivência de um aliado e não a sua própria?*

Segundo o General francês Pierre Gallois, a revolução que a década de 1950 presenciou no campo nuclear e da tecnologia de entrega desses armamentos — com ênfase ao desenvolvimento por parte da URSS de mísseis balísticos intercontinentais e ao advento de submarinos lançadores de mísseis Polaris, juntamente com outros artifícios que garantiam a invulnerabilidade de pelo menos uma parcela retaliatória dos arsenais nucleares — teria tirado o último resquício de racionalidade que poderia estar embutido no seu emprego pelos EUA na ausência de um primeiro ataque sofrido<sup>12</sup>. (GALLOIS, 1963) A certeza da possibilidade de que uma considerável parcela de seu território e de sua população pudesse ser reduzida a pó em questão de horas certamente seria forte o suficiente para que os EUA hesitassem, para dizer o mínimo, diante de um ataque nuclear soviético a um ou mais de seus aliados, quanto mais quando se tratasse de alguma incursão menor, limitada e possivelmente envolvendo somente forças convencionais.

Profundamente influenciado pelo entendimento desenvolvido anteriormente, o governo de John F. Kennedy, com o influente Robert S. McNamara no Departamento de Defesa, proporia a mais importante e decisiva revisão doutrinária da Guerra Fria, delimitando seus principais contornos a partir de então: a *massive retaliation* seria substituída pela *flexible response* (resposta flexível). No cerne da nova doutrina residia a crença de que a URSS detinha uma vantagem sobre os EUA, na medida em que podia dispor de uma flexível gama de opções para impor seus interesses. Portanto, flexibilidade também era necessária para que os EUA lidassem mais adequadamente com cada uma dessas opções, *abrindo um rol de possibilidades entre os extremos da inação e de uma guerra nuclear total*, únicas escolhas que a *massive retaliation* parecia oferecer. A doutrina da *flexible response* se fundava em 6 pilares bastante ilustrativos da flexibilidade buscada: i) aprimoramento tanto das capacidades nucleares<sup>13</sup> quando dos

---

<sup>12</sup> O general Gallois foi uma das principais vozes a favor de que os Estados da Europa Ocidental mantivessem arsenais nucleares independentes com tamanho e composição suficientes para influenciar as dinâmicas de dissuasão. Assim, o general também se oporia acidamente à proposta norte-americana de constituição de uma força nuclear multilateral sob o comando da OTAN e depositada em navios de superfície (a proposta inicial era de que as forças fossem operadas a partir de submarinos), para substituir os arsenais independentes que os europeus almejavam. Tal força nunca foi criada.

<sup>13</sup> A ênfase numa resposta proporcional e flexível nunca significou a desconsideração do papel dos arsenais nucleares.

meios convencionais de força; ii) avanço e desenvolvimento da tecnologia de mísseis<sup>14</sup>; iii) fortalecimento das alianças militares<sup>15</sup>; iv) aumento da importância de alternativas não militares no processo de contenção<sup>16</sup>; v) administração mais eficaz dos recursos domésticos envolvidos nos gastos com defesa; e vi) expansão dos esforços de negociação com a URSS (GADDIS, 1982).

A ênfase ao incremento dos meios convencionais não provinha da noção até pouco tempo difundida de que a OTAN se encontrava em profunda desvantagem com relação às forças do Pacto do ponto de vista do balanço convencional. Ainda no governo Kennedy essa idéia seria desmistificada. O Pacto apresentava de fato um número expressivamente maior de divisões do que a OTAN, mas o real balanço de forças era bem diferente do que esses números faziam supor. Novos métodos de análise demonstraram que as divisões do Pacto possuíam um terço do tamanho das divisões da OTAN, e quando elementos qualitativos eram agregados (como treinamento das tropas e estrutura de comando, qualidade dos armamentos e equipamentos, capacidade de mobilização etc.) a balança pesava ainda mais para o lado da última (GADDIS, 1982).

O incremento da estrutura convencional de força era, em conclusão, de fato uma reorientação da postura que os EUA previam para prover a defesa de seus aliados. Isso, associado à desaprovação dos EUA de que seus aliados europeus possuíssem arsenais nucleares retaliatórios independentes, intensificou algumas vezes que entendiam que estava lançado o total descompromisso dos EUA com relação a um possível ataque nuclear por parte da URSS à Europa Ocidental. O mencionado General Gallois falava do “desengajamento nuclear” dos EUA, mediante a mudança de uma doutrina que previa uma retaliação nuclear para outra em que os meios convencionais teriam prioridade quando se tratava da defesa da

---

<sup>14</sup> É interessante notar que a ênfase no aprimoramento da tecnologia de mísseis continuou mesmo depois da desmistificação, no início da década de 1960, da crença de que a URSS havia adquirido uma vantagem decisiva sobre os EUA nesse campo.

<sup>15</sup> Para tentar dirimir a crise de confiança no compromisso dos EUA por parte de seus aliados europeus, os EUA aumentaram em 60% a quantidade de armamentos nucleares “táticos”. O termo “táticos” aqui é empregado, com certa inconsistência conceitual, para diferenciar os armamentos nucleares com baixa capacidade destrutiva e de potencial emprego contraforça no campo de batalha daqueles, ditos “estratégicos”, com grande capacidade destrutiva e voltados para dissuadir um ataque contravalor do adversário.

<sup>16</sup> A necessidade de explorar mais as alternativas não militares adveio do interesse em combater a influência da URSS nos países do Terceiro Mundo (possível passo inicial para o seu domínio político e militar), especialmente depois que a URSS declarou seu apoio a eventuais “guerras de libertação nacional”.

Europa (GALLOIS, 1963). Acreditava-se que os EUA tentavam, em outras palavras, minimizar os riscos de se verem envolvidos numa confrontação nuclear com a URSS, em detrimento da segurança de seus aliados.

Entretanto, ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, a reorientação que a *flexible response* colocava veio emprestar a *rationale* que resolveria o problema da credibilidade do compromisso dos EUA.

## O ABANDONO DA INICIATIVA E A MANIPULAÇÃO DOS RISCOS

O problema do compromisso dos EUA com a defesa de seus aliados é perspicazmente resumido pela seguinte passagem de Schelling:

Difícilmente parece necessário dizer aos russos que nós os enfrentaríamos se eles nos atacassem. Mas temos de nos esforçar muito para lhes dizer que eles enfrentariam a América caso eles ou seus satélites ataquem países que nos são associados. Dizê-lo, infelizmente, não o torna verdadeiro; e mesmo que seja verdade, dizê-lo nem sempre o torna crível. Nós evidentemente não queremos guerra e lutaríamos uma somente se fôssemos obrigados a fazê-lo. O problema é demonstrar que seríamos obrigados a fazê-lo (Schelling, 1966, p. 35; tradução nossa).

Schelling percebia que uma situação de *dissuasão é necessariamente função do compromisso em agir da forma ameaçada caso a outra parte proceda da maneira que se quer evitar*. Uma dissuasão efetiva, portanto, depende da credibilidade desse compromisso. O que os EUA enfrentavam com relação à URSS era justamente uma questão de credibilidade, diante do virtual suicídio que significaria uma retaliação nuclear diante de um ataque a um de seus aliados, seja ele convencional ou nuclear. Como esperar que qualquer Estado cometa suicídio em nome da sobrevivência de outro? E ainda, como a passagem anterior sugere, mesmo que a intenção realmente fosse cometer o suicídio, ainda seria necessário que a URSS *acreditasse* nisso para o funcionamento da dissuasão.

A chave para o entendimento do problema colocado ao compromisso dos EUA é exatamente que, apesar de eventualmente dizerem que retaliariam caso a URSS tentasse dominar a Europa, os EUA ainda teriam, caso a dissuasão falhasse e a URSS agisse da forma proscrita, a *opção de escolher* entre envolvimento e inação. Diante da situação

dramaticamente sensível que se instauraria, não seria difícil acreditar que os EUA escolheriam a opção que não remetia à sua aniquilação; e mesmo que a URSS, apesar de toda a racionalidade envolvida, acreditasse equivocadamente e os EUA escolhessem retaliar, pior para os dois. Dessa lógica, e em sintonia com o raciocínio de Schelling, retira-se que o problema da dissuasão residia na *opção de escolher* com que os EUA seriam deparados diante de um ataque soviético a um de seus aliados. De maneira altamente contraintuitiva, o que à primeira vista poderia parecer um benefício — a possibilidade de escolher como proceder diante de um contexto temerário — era justamente o fator que poderia produzir o fracasso da dissuasão.

Em consequência, para a consecução de seus objetivos políticos era necessário que os EUA procedessem à “projeção de suas intenções”, para usar as palavras de Schelling, e se colocassem numa posição em que não restasse dúvida sobre qual seria sua reação diante de um ataque soviético aos seus aliados. Em outras palavras, os EUA precisavam se livrar da capacidade de escolher diante da eventual falha da dissuasão, paradoxalmente para evitar justamente essa falha. De acordo com Schelling:

O processo de compromisso do qual depende a dissuasão ultramarina norte-americana — e do qual depende toda a confiança no interior da aliança — é um processo de entrega e destruição de opções que se possa esperar que nós acharemos muito atraentes numa emergência (Schelling, 1966, p. 44; tradução nossa).

Nojargão militar, isso se refere ao ato de queimar pontes na retaguarda, no intuito de demonstrar ao oponente que recuar não é uma opção. Nesse caso, tem-se o processo que Schelling chama de *abandono da iniciativa*, ou seja, em que se deixa completamente nas mãos do adversário a decisão de evitar ou não o que ambos os lados podem não desejar. É criada a situação ideal para o funcionamento da dissuasão. Da necessidade da “queimar pontes” para que os EUA deixassem a iniciativa exclusivamente nas mãos da URSS nasceu a *rationale* da histórica presença militar dos EUA em outras regiões. Mais uma vez, é insubstituível a forma como Schelling descreve o processo:

Como manobramos para uma posição em que o outro lado é quem tem de tomar a decisão? Palavras raramente o fazem. Ter dito aos soviéticos no final da década de 1940 que, se eles atacassem, nós seríamos obrigados a defender a Europa, poderia não ter sido totalmente convincente. Quando a Administração

[dos EUA] pediu ao Congresso a autorização para estacionar divisões do Exército na Europa em tempos de paz, o argumento foi explicitamente feito no sentido de que elas não estariam lá para defender contra um exército soviético superior mas para deixar a URSS sem qualquer dúvida de que os EUA estariam automaticamente envolvidos num eventual ataque à Europa (Schelling, 1966, p. 47; tradução nossa).

A presença das forças convencionais da OTAN no centro da Europa (compostas em larga medida por tropas dos EUA) indicava à URSS que caberia a ela decidir se enfrentava ou não os EUA, na medida em que um avanço soviético implicaria o envolvimento *automático* de centenas de milhares de norte-americanos no engajamento<sup>17</sup>. O automatismo implicava, naturalmente, o fim da capacidade de escolha, e funcionaria *mesmo que eventualmente os EUA não quisessem enfrentar as forças do Pacto naquele momento*. Tal situação é comumente referida como *trip-wire*, o que remete à idéia de uma armadilha que desarma automaticamente, impondo danos a quem a desarmou, independentemente das intenções momentâneas de quem a armou em primeiro lugar, criando o ambiente mais propício possível para o funcionamento da dissuasão<sup>18</sup>. Assim, como a passagem anterior de Schelling esclarece, o foco da presença era a certeza do envolvimento, e não a necessidade pura de defesa de território contra uma campanha ofensiva por parte da URSS.

Mas o que, exatamente, o envolvimento automático dos EUA numa guerra convencional na Europa poderia implicar? A situação criada não poderia de fato ser interpretada, como o fez o General Gallois, como um “desengajamento nuclear” por parte dos EUA voltado para a diminuição de seus riscos? Se de fato a visão do General Gallois estivesse correta e pudesse ser compartilhada pela URSS, faria pouco sentido todo o esforço do compromisso dos EUA e o problema da credibilidade não desapareceria de vez. Entretanto, os fatores que estavam colocados não implicavam

---

<sup>17</sup> Este processo funcionava igualmente para as forças que os EUA mantinham estacionadas no Japão e na Coreia do Sul durante a Guerra Fria.

<sup>18</sup> Quando se lançou na década de 1950 a doutrina da *massive retaliation* havia a expectativa de assinalar à URSS que lhe era colocado um *trip-wire*, ou seja, que um ataque aos EUA ou a um aliado seria respondido automaticamente com uma pesada retaliação nuclear. Diante da lógica desenvolvida até aqui fica claro que a doutrina não impunha um real *trip-wire* (daí sua principal fonte de incredibilidade). A idéia de um efetivo *trip-wire* nuclear que implicasse uma retaliação automática é bem ilustrada pela chamada *Doom's Day Machine* (Máquina do Juízo Final) desenvolvida pelos soviéticos no filme Doutor Fantástico (1964), dirigido por Stanley Kubrick.

a tentativa dos EUA de verem seus riscos de envolvimento numa guerra nuclear total com a URSS minimizados, como pensava o General, mas ao contrário indicavam o incremento da credibilidade a partir da possibilidade de *manipulação desses riscos*. Esse processo envolve um tipo de exploração da ameaça de guerra nuclear negligenciado pelo pensamento estratégico que antecedeu a *flexible response*.

O que o envolvimento dos EUA numa guerra convencional na Europa ameaçava era a geração de uma grave crise que, por definição, tinha o potencial de sair ao controle de seus perpetradores e de levar a consequências *não intencionadas e inicialmente inimagináveis*<sup>19</sup>. A ameaça por parte dos EUA de uma retaliação nuclear deliberada diante de um ataque a um aliado tinha de fato um problema de credibilidade. No entanto, uma ação fria e deliberada não era a única fonte possível de que poderia emergir um engajamento nuclear. Uma crise poderia levar a uma sequência de eventos em que medidas e contramedidas seriam tomadas, em que as ações de um lado determinariam as respostas do outro e, por sua vez, determinariam novas ações e respostas. Uma crise, portanto, era capaz de criar um círculo vicioso de estímulos e respostas cujos resultados eram imprevisíveis, trazendo uma perigosa incerteza aos cálculos de ação dos agentes. Não era impossível, por exemplo, que numa crise prolongada pelo menos um dos lados enxergasse uma guerra nuclear total como inevitável ou iminente, o que poderia levá-lo a tomar a iniciativa nem que fosse para tentar minimizar os danos que o oponente poderia lhe impor.

É a partir desta lógica que a clássica visão de Schelling da Guerra Fria como uma “guerra de nervos” tem lugar (SCHELLING, 1960; 1966). A competição se dava, sobretudo, no campo da absorção de riscos: diante da real possibilidade da criação de situações críticas em que as coisas poderiam fugir ao controle, o lado capaz de suportar mais riscos (riscos esses, é claro, em que ambas as partes incorriam) tinha maiores chances de ver seus interesses políticos alcançados. Os EUA não precisavam ameaçar o uso deliberado e inicial de artefatos nucleares para que a possibilidade de seu emprego fosse vislumbrada pela URSS. Os EUA podiam, com efeito, ameaçar a criação de uma situação crítica em que o rumo dos acontecimentos poderia levar a um

---

<sup>19</sup> Schelling define crise como sendo um processo incerto em que há o risco de que os resultados fujam ao controle dos participantes e, ao mesmo tempo, não implique uma decisão deliberada com vistas às últimas consequências. Assim, o que torna a situação crítica é que as últimas consequências podem vir à tona ou não, dependendo de como se desenvolvem suas dinâmicas internas. A incerteza é um elemento imprescindível ao conceito de crise e é ela que permite sua manipulação. Ver Schelling (1966).

ataque nuclear, mesmo que inicialmente não tenha sido essa a intenção. A presença militar permanente dos EUA no centro da Europa dava a garantia de início *automático* de uma grave crise mediante a eventual tentativa da URSS de tomar a Europa ocidental. Trachtenberg resume o raciocínio, dizendo que:

[O] valor da ameaça de emprego de armamentos nucleares podia ser explorado mesmo em situações em que, devido à possibilidade de retaliação, um ataque deliberado ao inimigo pudesse ser totalmente irracional (Trachtenberg, 1989, p. 311; tradução nossa).

Das linhas anteriores depreende-se que a função primordial da estrutura convencional de forças permanentemente estacionadas no centro da Europa era a de armar o *trip-wire* e afetar a guerra de nervos, pela perspectiva de envolvimento automático dos EUA no conflito. Essa conclusão poderia sugerir a constatação de que tal estrutura de força não precisaria atender a requisitos puramente militares, no sentido de serem capazes de impedir uma vitória rápida e decisiva da URSS numa campanha ofensiva. Essa constatação, no entanto, estaria em erro.

O ponto central é que o papel das forças convencionais de afetar a manipulação dos riscos e a guerra de nervos não podia ser dissociado de seu papel puramente militar e defensivo. Ficou claro da discussão anterior que a dissuasão era função da crença da URSS na possibilidade de eclosão de uma grave crise com potencial de gerar resultados imprevisíveis. O fato é que uma crise de tais dimensões deveria necessariamente envolver um *longo processo*, em que houvesse realmente a chance de que sua condução fugisse ao controle dos Estados. Uma “crise relâmpago” dificilmente seria suficiente, e a expectativa de sua efemeridade poderia minar os esforços de dissuasão. Assim, entende-se aqui que além de garantir o envolvimento automático dos EUA numa guerra com as forças do Pacto, a estrutura convencional da OTAN deveria também ser capaz de impedir que a URSS obtivesse uma vitória rápida e decisiva, de modo a gerar uma crise prolongada com os possíveis efeitos esperados. A adequação da estrutura de forças da OTAN para este fim adicional depende de considerações táticas, estratégicas e logísticas envolvidas na condução de uma guerra convencional no centro da Europa.

## O BALANÇO CONVENCIONAL DE FORÇAS E AS DINÂMICAS DE UMA GUERRA NO CENTRO DA EUROPA

Um estudo do balanço convencional no centro da Europa passa necessariamente pela composição e desdobramento das forças da OTAN e do Pacto. No caso da OTAN, dois comandos eram responsáveis pela defesa da Europa Central: o Northern Army Group (Grupo de Exército ao Norte – NORTHAG) e o Central Army Group (Grupo de Exército Central – CENTAG). Ambos eram comandados, respectivamente, por um General britânico e um norte-americano. Oito Unidades ou Corpos e uma divisão em reserva compunham os dois comandos ao longo dos quase 800 km que cobriam a fronteira interna alemã (entre RFA e RDA/Tchecoslováquia), formando a linha de defesa avançada da OTAN. A distribuição e composição dos Corpos no interior dos dois comandos se davam da seguinte maneira<sup>20</sup>:

A NORTHAG era composta por 4 Corpos e uma divisão de reserva:

- O Corpo mais ao norte era formado por forças holandesas e contava com 9 brigadas (3 blindadas e 6 de infantaria blindada), das quais apenas uma e um batalhão de reconhecimento permaneciam estacionados na RFA em tempos de paz;

- Logo abaixo se encontrava um Corpo composto por forças alemãs, consistindo em 3 divisões *panzer* (blindadas) e uma divisão *panzer granadier*, cada uma com 3 brigadas;

- Em seguida, tinha-se o Corpo de forças britânicas, composto por 2 divisões blindadas, cada uma com 3 brigadas blindadas. Esse Corpo ainda poderia contar com uma divisão blindada estacionada na RFA (fora da estrutura de defesa avançada), com 2 brigadas, e ainda com uma terceira brigada estacionada no Reino Unido;

- O Corpo belga, situado no limite entre a NORTHAG e a CENTAG, era formado por uma divisão mecanizada, duas brigadas (uma blindada e outra mecanizada), uma espécie de brigada de reconhecimento (*Groupement Reconnaissance*) e uma divisão mecanizada (com 2 brigadas mecanizadas) estacionada na Bélgica em tempos de paz;

- Uma divisão blindada dos EUA, com 3 brigadas, constava como reserva da NORTHAG e seria deslocada para a retaguarda do Corpo holandês numa guerra contra as forças do Pacto.

---

<sup>20</sup> Ver Miller (1998, parte IV).



A CENTAG era composta por 4 Corpos:

- O Corpo mais ao norte, abaixo do Corpo belga na NORTHAG, era formado por 3 divisões alemãs, duas *panzer* e uma *panzer granadier*, totalizando 9 brigadas;
- Abaixo se situava um Corpo norte-americano, formado por uma divisão blindada e uma divisão de infantaria mecanizada, somadas a um regimento de cavalaria blindada;
- Na sequência vinha outro Corpo composto por forças dos EUA, que, à semelhança do anterior, possuía uma divisão blindada, uma divisão de infantaria mecanizada e um regimento de cavalaria blindada. Da divisão de infantaria blindada, contudo, apenas uma brigada se encontrava estacionada na RFA, o restante permanecia em solo norte-americano;
- O último Corpo ao sul era formado por forças alemãs e era o único que se defrontava exclusivamente com a fronteira com a Tchecoslováquia (o Corpo anterior dos EUA o fazia parcialmente). Sua composição se dava a partir de quatro divisões, sendo uma *panzer*, uma *panzer granadier*, uma de montanha e a última aeroterrestre, num total de 12 brigadas.

A disposição das forças do Pacto na Alemanha Oriental não refletia a mesma rigidez da estrutura produzida pela OTAN, imposta pelo próprio sistema de defesa implementado. Encontravam-se permanentemente estacionados 5 Exércitos, equivalentes aos Corpos da aliança ocidental, formando o chamado Grupo de Forças Soviéticas Alemanha (GFSA). Os Exércitos se encaixavam em duas categorias principais, informadas pela composição predominante de suas forças: havia os Exércitos de Tanque e os Exércitos de Armas Combinadas (MILLER, 1998). Em adição ao GFSA, dois grupos complementavam as forças do Pacto no centro da Europa, o Grupo de Forças do Norte e o Grupo de Forças Central. Aqui não será detalhada a composição dos Exércitos soviéticos, como feito com relação aos Corpos da OTAN, cuja ênfase se justifica pelos propósitos buscados neste artigo.

Um estudo datado de 1976 revelava que as forças da OTAN contavam com 414.000 homens, em 28 divisões, ao passo que o Pacto reunia um contingente de 564.000, em 57 divisões. A razão de forças no balanço convencional geral era, portanto, de 1,36:1 em favor do Pacto<sup>21</sup>. Em relação aos armamentos, calculava-se uma razão favorável ao Pacto de

---

<sup>21</sup> Esses números são retirados de Fisher (1976) e citados em Mearsheimer (1982).

2,5:1 no número de tanques e de 2,8:1 no número de peças de artilharia<sup>22</sup>. Entretanto, a simples comparação da quantidade de armamentos deixa de fora o importante fator qualitativo<sup>23</sup>. Assim, uma composição de variáveis usada pelo Departamento de Defesa dos EUA, conhecida como *Armoured Division Equivalents* (ADE)<sup>24</sup>, calculava uma vantagem significativamente menor em favor do Pacto do que os números brutos pareciam indicar<sup>25</sup>.

A capacidade das forças da OTAN de impedir que o Pacto obtivesse uma vitória rápida e decisiva minando as possibilidades de geração de uma grave e imprevisível crise, contudo, dependia não só do balanço de forças convencionais, mas também de como seriam conduzidas as operações militares.

Conforme mencionado anteriormente, as forças da OTAN estavam orientadas para uma estrutura de defesa avançada<sup>26</sup>, em que a linha defensiva formada pelos 8 Corpos ao longo da fronteira com a RDA buscava conter um avanço das forças do Pacto logo no seu início. O objetivo maior era travar o poderoso avanço soviético o mais a leste possível, minimizando as perdas de território. A possível estratégia adotada pela URSS para vencer a defesa avançada da OTAN é a chave para a análise da situação. Segundo Mearsheimer, a necessidade de impor uma vitória rápida e decisiva às forças da OTAN dava à URSS uma única opção viável: efetivar uma *blitzkrieg* (MEARSHEIMER, 1982).

A essência da *blitzkrieg* consiste na concentração de forças pesadas em um ou mais (poucos) pontos da linha de defesa do oponente, de forma a adquirir uma superioridade tática considerável, e rompê-la<sup>27</sup>. Essa primeira

---

<sup>22</sup> Números retirados de Shishko (1981) e citados em Mearsheimer (1982).

<sup>23</sup> De acordo com Miller (1998), por exemplo, apesar dos tanques da OTAN e do Pacto nunca terem se confrontado diretamente na Europa central, confrontos indiretos tiveram lugar em guerras periféricas em outros continentes. Nesses casos, a superioridade dos tanques desenvolvidos pelos países da OTAN sobre os tanques soviéticos podia ser atestada.

<sup>24</sup> A partir essencialmente das variáveis mobilidade, poder de fogo e proteção, a ADE visava a medir o poder combatente das divisões norte-americanas e, por meio de comparações, aferir o poder combatente tanto das forças do Pacto quanto de aliados dos EUA.

<sup>25</sup> Os estudos e análises realizados sobre o tema do balanço convencional na Europa, sobretudo na década de 1980, enfocavam as forças terrestres e conscientemente negligenciavam o balanço das forças aéreas. Nessa esfera, entretanto, havia evidências de que a superioridade estaria do lado da OTAN. Em termos marítimos, o fator central seria a capacidade dos EUA de manterem abertas as linhas de comunicação entre a América do Norte e a Europa. Os EUA provavelmente não encontrariam grandes dificuldades neste aspecto.

<sup>26</sup> Não faltaram críticos que contestavam a adequação do tipo de defesa adotado pela OTAN em vista dos objetivos buscados. Propuseram-se várias alternativas à defesa avançada, como *defesa móvel e defesa de área*. Uma boa discussão da adequação da defesa avançada da OTAN frente às suas alternativas é encontrada em Mearsheimer (1981).

<sup>27</sup> A importância de forças pesadas e blindadas para a consecução da primeira fase de

fase é chamada de operação de ruptura (*breakthrough operation*), e o objetivo é abrir um ou mais rombos na linha do adversário. O próximo passo diz respeito ao aproveitamento desses rombos, quando as forças atacantes devem realizar uma penetração estratégica pela retaguarda do defensor e buscar o controle de suas linhas de comunicação. Como as forças da defesa devem se concentrar no fortalecimento de sua linha defensiva, depois de realizado o rompimento não se espera que as forças ofensivas encontrem resistência considerável durante sua penetração estratégica, fornecendo-lhe um contexto favorável ao ataque das linhas de comunicação do defensor, renunciando sua aniquilação<sup>28</sup>.

Em suma, para evitar uma rápida e decisiva vitória das forças do Pacto a OTAN tinha de estar preparada para impedir que seu oponente conseguisse efetivar uma blitzkrieg. Em outras palavras, a OTAN deveria ser capaz de impor uma prolongada guerra de atrito, custosa e penosa, nas linhas da Primeira Guerra Mundial. O processo de dissuasão, por conseguinte, dependia dessa capacidade, ou pelo menos das expectativas da URSS quanto a ela<sup>29</sup>.

As dinâmicas envolvidas numa *blitzkrieg* revelam, em primeiro lugar, que o balanço geral de forças (ou seja, das forças em todo o teatro de operações) é menos importante do que o balanço nos pontos específicos em que será tentado o rompimento da linha defensiva. A questão principal

---

uma blitzkrieg rendeu às divisões de tanque o papel central na operação. A primeira manifestação disso foi com o fantástico desempenho das divisões panzer alemãs na Segunda Guerra Mundial, cujo êxito na condução da blitzkrieg conduziu à caída da França em impressionantes 40 dias. Neste ponto é bastante sugestiva a ênfase dada pelas Forças Armadas soviéticas aos seus Exércitos de Tanque.

<sup>28</sup>No caso da OTAN tinha-se uma significativa agravante: suas linhas de comunicação estariam extremamente vulneráveis caso as forças do Pacto tivessem êxito na fase inicial de ruptura de uma blitzkrieg. A saída da França da ECI da OTAN, em 1966, reorientou o traçado das linhas de comunicação do Atlântico/França para o Báltico/norte da RFA. O maior problema, contudo, advinha da baixíssima profundidade do território da RFA, que impunha linhas de comunicação num eixo vertical em forma de 8, a uma distância perigosamente próxima da linha de defesa avançada (Frankfurt ocupava o centro do 8 e ficava a uma distância de apenas 100 km da fronteira).

<sup>29</sup>Mearsheimer argumenta que havia várias razões para que a URSS temesse uma prolongada guerra de atrito contra a OTAN, entre elas: i) os exorbitantes custos envolvidos; ii) o fato de que o Exército soviético não estava orientado para a condução desse tipo de guerra; iii) o espectro de uma guerra em dois fronts, a partir da ameaça chinesa na Ásia; etc. Ver Mearsheimer (1982). Ainda, deve-se ter em mente a superioridade em termos populacionais e, principalmente, em termos econômicos por parte dos Estados da OTAN, o que lhes permitiria manter os esforços de guerra por mais tempo. Entretanto, na esteira do raciocínio desenvolvido até o momento, é suficiente considerar os profundos riscos envolvidos numa guerra de atrito do ponto de vista da manipulação dos riscos de uma guerra nuclear, o que aqui se considera o elemento central.

é, por conseguinte, se as forças ofensivas teriam capacidade de adquirir a superioridade tática necessária nos pontos de ruptura. Em segundo lugar, mesmo se o Pacto fosse capaz de realizar com êxito o primeiro passo da *blitzkrieg*, suas forças ainda teriam de ter condições de realizar com sucesso a penetração estratégica.

Em linhas gerais, as evidências indicavam que a OTAN tinha boas chances de frustrar uma eventual tentativa de *blitzkrieg* por parte do Pacto, resultando numa prolongada e custosa guerra de atrito. Inicialmente, considerem-se em resumo as possibilidades de que as forças do Pacto realizassem com sucesso a operação de ruptura<sup>30</sup>. Em primeiro lugar, tem-se que as regiões cobertas pelos Corpos da NORTHAG e da CENTAG ofereciam poucos pontos sobre os quais o Pacto poderia concentrar suas forças na tentativa de romper a linha defensiva da OTAN<sup>31</sup>. Isso significava que as forças da OTAN podiam se prevenir para garantir que o Pacto não atingisse a superioridade tática necessária para o rompimento. Adicionalmente, isso permitia que uma contenção inicial do avanço fosse acompanhada pelo deslocamento de tropas dos Corpos vizinhos para fortalecer os pontos sob pressão<sup>32</sup>. O Pacto enfrentaria ainda um natural problema relacionado à razão força/espaco. O fato é que uma estrutura convencional defensiva e suas dinâmicas de combate permitem que uma quantidade maior de força seja estacionada em um dado espaco do que permitem os requisitos de uma operação ofensiva e suas dinâmicas próprias<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> Os diversos estudos e análises sobre as possibilidades de ruptura da linha de defesa da OTAN a partir de uma *blitzkrieg* soviética eram profundamente influenciados por uma “regra de mão” denominada *regra 3.1*. Uma “regra de mão” é aquela que encontra fundamento eminentemente empírico, sem corroboração teórica profunda. Os proponentes da regra 3:1 indicavam, a partir da observação de um amplo histórico de *blitzkrieg* e de tentativas de *blitzkrieg*, que o atacante deveria possuir uma superioridade de 3:1 ou maior no local do ataque para ser capaz de romper a linha defensiva do oponente. As avaliações de Mearsheimer, particularmente, são amplamente embasadas nessa regra. O autor realiza uma contundente defesa de sua adequação em Mearsheimer (1989).

<sup>31</sup> Considerações relacionadas aos tipos de terreno, com ênfase à possibilidade de movimentação das divisões pesadas e à existência de obstáculos, e à disposição das forças da OTAN ao longo da linha de defesa, entre outros fatores, conduziam a apenas 5 possíveis eixos a partir dos quais uma *blitzkrieg* poderia ser tentada.

<sup>32</sup> As vantagens da OTAN em sua capacidade de mobilização e deslocamento pesariam favoravelmente neste processo.

<sup>33</sup> Calculava-se que uma brigada seria suficiente para conduzir a defesa de um trecho de 7 a 15 km. As 30 brigadas que compunham as forças da NORTHAG, por exemplo, tinham de cobrir um front de 225 km, permitindo quase a concentração máxima de força indicada. A situação não era tão favorável no extenso front diante das forças da CENTAG, porém ainda era possível obter uma defesa razoável dentro dos limites observados.

Com relação à realização de uma efetiva penetração estratégica após um eventual sucesso inicial na fase de ruptura, as condições pareciam não melhorar a situação das forças do Pacto. Vários problemas incidiriam negativamente no processo: i) excessivo peso das unidades soviéticas<sup>34</sup>; ii) falta de flexibilidade no comando<sup>35</sup>; iii) falta de iniciativa (corolário direto do ponto anterior, intensificando suas implicações); iv) as unidades operacionais de reserva da OTAN, mesmo sem ser o foco de seu aparato defensivo, teriam força, inteligência e comando suficientes para tentar impor resistência ao avanço soviético e mesmo para buscar o fechamento dos rombos na linha de defesa<sup>36</sup>; entre outros<sup>37</sup>.

Em suma, a estrutura convencional de forças da OTAN no centro da Europa parecia adequada não só para cumprir seu papel primário de garantir o envolvimento automático dos EUA numa contingência européia, armando o *trip-wire*, mas também para gerar uma longa e grave crise, suficiente para afetar a manipulação dos riscos de uma guerra nuclear<sup>38</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os elementos discutidos anteriormente se somaram para a produção de uma ordem internacional bipolar que defrontava dois blocos formidáveis, com impacto verdadeiramente global, mas em cujo epicentro

---

<sup>34</sup> Não obstante o fato de que forças pesadas e blindadas sejam angulares na execução de uma *blitzkrieg*, mobilidade é também um fator importante, principalmente na execução da penetração estratégica. Deveria, portanto, haver um equilíbrio entre o peso e a mobilidade das unidades, e uma grande desproporção em favor do peso parecia diminuir a efetividade das forças soviéticas quando rápidas movimentações e manobras estivessem em jogo.

<sup>35</sup> O comando das forças soviéticas, tradicionalmente reconhecido como centralizado e rígido em demasia, poderia não fornecer a necessária flexibilidade que exigiria a operação de rápida e decisiva exploração das vantagens advindas do sucesso na fase de ruptura. Ver Mearsheimer (1982).

<sup>36</sup> Divisões francesas, mesmo que não estivessem automaticamente envolvidas na operação, provavelmente constituiriam uma formidável ajuda diante de um avanço soviético pelo território da RFA. Com efeito, havia uma considerável presença militar francesa no território da RFA, próximo à fronteira com a França, para garantir a segurança de seu Estado.

<sup>37</sup> Tenha-se em mente que o quadro desenvolvido sobre as possibilidades do Pacto de realizar com sucesso as duas fases na implementação de uma *blitzkrieg* foi feito com extrema brevidade e economia, não refletindo a real complexidade das análises envolvidas.

<sup>38</sup> Note-se ainda que a presença militar permanente dos EUA no Japão e na Coreia do Sul cumpria a mesma função de montar o *trip-wire* diante da possibilidade de um ataque da URSS (no caso da Coreia do Sul, o *trip-wire* se destinava também a um possível avanço da Coreia do Norte e da China), porém sua posição era mais simples na medida em que as forças não se defrontavam diretamente com uma poderosa estrutura convencional do Pacto em uma linha permanente

residia o processo de contenção do avanço soviético na Europa central. De um lado, a posição amplamente favorável da URSS na Eurásia, como corolário da Segunda Guerra Mundial, colocava-a como um hegêmona potencial, capaz de dominar política e militarmente a região. Essa situação logo se traduziu na inadequação da postura de balanceador externo que os EUA adotaram na primeira metade do séc. XX, comprometendo-se com as balanças regionais de poder apenas na iminência de dominação por parte de um Estado especialmente poderoso (MEARSHEIMER, 2001).

Em outras palavras, a configuração política europeia no pós-Segunda Guerra Mundial demandava uma reorientação da postura global de defesa dos EUA, colocando-o direta e internamente nas dinâmicas da balança de poder naquela região. Esta realidade foi composta e intensificada pela revolução termonuclear, que, concretamente, dotou as duas superpotências de capacidade destrutiva para aniquilar funcionalmente as sociedades uma da outra. A complexidade do novo contexto e o decorrente problema de credibilidade colocado aos EUA na defesa do status quo na Eurásia forneceram a *rationale* do elemento mais concreto e historicamente expressivo da ordem internacional da Guerra Fria: a substancial presença militar permanente dos EUA na Europa (e também no leste da Ásia, embora esta presença não tenha composto o cerne da discussão).

Em conclusão, a análise produzida neste trabalho aponta necessariamente para a relevância de se considerar a continuidade da presença militar dos EUA em outras regiões, na ausência de sua razão de ser original, como um elemento distintivo e definidor da política internacional contemporânea. Apesar de inexistir um oponente formidável que tenha de ser contido pelos EUA na atual ordem internacional<sup>39</sup>, a estrutura internacional de força dos EUA foi mantida nos mesmos níveis após a redução imediatamente posterior ao desmantelamento da URSS (totalizando hoje aproximadamente um efetivo de 100.000 na Europa e 100.000 na Ásia em funções combatentes e de apoio). Concomitantemente, a OTAN vem se expandindo e redefinindo seus papéis, numa direção de maior assertividade. Tudo isso sugere que o caráter pacificador da presença militar norte-americana continua a se fazer presente, como a lógica anteriormente discutida prevê, mediante a expectativa de envolvimento

---

<sup>39</sup> Ver nota 1 acima. Ver também Layne (1993) para o principal argumento de que, contrariamente às expectativas levantadas por Wohlforth, a unipolaridade pós-Guerra Fria tendia a ser provisória e instável.

*automático* dos EUA em qualquer tentativa séria de redefinição do status quo em regiões importantes para os interesses dos EUA.

Resultantes importantes da política internacional contemporânea, como o florescimento da União Européia (ao menos até há alguns anos) e mesmo a Guerra do Iraque de 2003, não podem ser analisadas à parte deste elemento essencial da atual ordem internacional. No caso do Iraque, não é inexpressivo o fato de que, das regiões mais importantes para os interesses dos EUA, o Oriente Médio é a que apresentava as menores possibilidades de interferência norte-americana sobre suas dinâmicas políticas até 2003, justamente pela inexistência até então de forças norte-americanas permanentemente estacionadas ali<sup>40</sup>. Em suma, o *trip-wire* norte-americano continua montado nas principais regiões do mundo, garantindo o envolvimento automático dos EUA em conflitos regionais de grandes proporções – mas funcionando, principalmente, para dissuadir a eclosão desses conflitos<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Essa é uma das principais conclusões de Kugler (1998), cinco anos antes da guerra de 2003.

<sup>41</sup> Para uma interpretação diferente – de que a postura global de segurança dos EUA, durante e após a Guerra Fria, almejava o atingimento de uma hegemonia global -, ver Layne (2005).

# THE MAKING OF COMMITMENT: US MILITARY PRESENCE IN EUROPE DURING THE COLD WAR

## ABSTRACT

---

The purpose of the paper is to present and discuss theoretical and conceptual frameworks that confer the rationale, through a process of historical reconstruction, for the United States' (US) permanent military presence in Western Europe during the Cold War, in the broad context of containment and deterrence of The Union of Soviet Socialist States (USSR). Understanding this rationale is relevant not only from the historical and theoretical points of view, but also to fully appreciate contemporary international politics and the current world order, given the continued presence – albeit reduced – of US conventional forces in the region even after the collapse of its original rationale. Methodologically, the argument is built on secondary sources, when it comes to the historical reconstruction of the period, and on highly deductive hypothesis, when it comes to the theoretical frameworks involved in the analysis, which is common to the nuclear strategic thought.

**Keywords:** Cold War. Thermonuclear Revolution. Conventional Balance. Force Posture. Bipolarity.



**REFERÊNCIAS**

BROOKS, Stephen G.; WOHLFORTH, William C. (2016), *The Rise and Fall of the Great Powers in the Twenty-first Century: China's Rise and the Fate of America's Global Position*, *International Security*, vol. 40, n. 3, pp. 7-53.

CLAUSEWITZ, Carl von. (1993), *On War*. New York: Alfred A. Knopf.

FISCHER, Robert L. (1976), *Defending the Central Front: the Balance of Forces*, *Adelphi Paper*, n. 127 (London: IISS).

GADDIS, John Lewis. (1982), *Strategies of Containment*. New York: Oxford University Press.

GALLOIS, Pierre M. (1963), *U.S. Strategy and the Defense of Europe*, *Orbis*, vol. 7, n.2.

KUGLER, Richard L. (1998), *Changes Ahead: Future Directions for the U.S. Overseas Military Presence*. Santa Mônica: RAND Corporation.

LAYNE, Christopher. (1993), *The Unipolar Illusion: Why Great Powers will Rise*, *International Security*, vol. 17, n. 4, pp. 5-51.

LAYNE, Christopher. (2005), *The "Poster Child for offensive realism": America as a global hegemon*, *Security Studies*, vol. 12, n. 2, pp. 120-164.

MACISAAC, David. (1986), *Voices from the Central Blue: the Air Power Theorists*. In: *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*, edited by Peter Paret. New Jersey: Princeton University Press.

MEARSHEIMER, John J. (1981), *Maneuver, Mobile Defense, and the NATO Central Front*, *International Security*, vol. 6, n.3, pp. 104-122.

MEARSHEIMER, John J. (1982), *Why the Soviets Can't Win Quickly in Central Europe*, *International Security*, vol. 7, n. 1, 3-39.

MEARSHEIMER, John J. (1989), *Assessing the Conventional Balance: The 3:1 Rule and Its Critics*, *International Security*, vol. 13, n. 4, pp. 54-89.

MEARSHEIMER, John J. (2001), *The Tragedy of Great Powers Politics*. New York: Norton & Company.

- MILLER, David. (1998), *The Cold War: a Military History*. New York: St. Martin's Press.
- REITER, Dan. (1995), *Exploding the Powder Keg Myth: Preemptive Wars Almost Never Happen*, *International Security*, vol. 20, n. 2, pp. 5-34.
- SCHELLING, Thomas C. (1960), *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press.
- SCHELLING, Thomas C. (1966), *Arms and Influence*. New Haven: Yale University Press.
- SHISHKO, Robert. (1981), *The European Conventional Balance: A Primer*, P-6707 (Santa Monica: RAND Corporation).
- TRACHTENBERG, Marc. (1989), *Strategic Thought in América, 1952-1966*, *Political Science Quarterly*, vol. 104, n. 2, pp. 301-334.
- WALTZ, Kenneth N. (1979), *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.
- WALTZ, Kenneth N. (1988), *The Origins of War in Neorealist Theory*, *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 18, n. 4, pp. 615-628.
- WARNER, Edward. (1943), *Douhet, Mitchell, Seversky: Theories of Air Warfare*. In: *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*, edited by Edward M. Earle. Princeton: Princeton University Press.
- WOHLFORTH, William C. (1999), *The Stability of a Unipolar World*, *International Security*, vol. 24, n.1, pp. 5-41.
- WOHLSTETTER, Albert. (1958), *The delicate balance of terror*. Santa Monica: RAND Corporation.

Recebido em: 27/05/2019

Aceito em: 15/01/2020